

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº XX, DE XX DE XXXXX DE XXXX

Estabelece critérios de elegibilidade, cálculo e aplicação de Revisão Técnica das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde individuais ou familiares, médico-hospitalares, com ou sem cobertura odontológica, que tenham sido contratados após 1º de janeiro de 1999 ou adaptados à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e aqueles alcançados pela Súmula Normativa nº 5, de 4 de dezembro de 2003.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere os incisos XVII e XVIII do art. 4º; o inciso II do art. 10, todos da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; o inciso II do art. 41, o inciso IV do art. 42 e art. 45, todos da Resolução Regimental nº 21, de 26 de janeiro de 2022, em reunião realizada em XX de XXXXX de XXXX, adotou a seguinte Resolução Normativa, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Revisão Técnica dos planos privados de assistência à saúde, mantidos pelas operadoras definidas no art. 1º, da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que tenham sido contratados após 1º de janeiro de 1999 ou adaptados à Lei nº 9.656, de 1998, bem como aqueles alcançados pela Súmula Normativa nº 05, de 4 de dezembro de 2003, deverá observar o disposto nesta Resolução Normativa.

Parágrafo único. Esta Resolução aplica-se aos planos individuais ou familiares médico-hospitalares, com ou sem cobertura odontológica.

Art. 2º Define-se por Revisão Técnica a correção de desequilíbrios constatados nos planos privados de assistência à saúde a que se refere o art. 1º, mediante reposicionamento dos valores das contraprestações pecuniárias, mantidas as condições gerais do contrato.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Dos Critérios de Elegibilidade

Art. 3º Para que sejam elegíveis ao instituto da Revisão Técnica as operadoras devem atender aos seguintes critérios:

I - a operadora deve apresentar desequilíbrios econômico-financeiros que ameacem sua solvência, pondo em risco a continuação de suas atividades;

II - a operadora deve apresentar desequilíbrios consistentes em sua carteira de planos individuais ou familiares há pelo menos 3 (três) anos; e

III - a operadora deve apresentar evidência de comercialização ativa e continuada de planos individuais ou familiares de assistência médico-hospitalar.

Seção II

Das Contrapartidas

Art. 4º A operadora contemplada com o instituto da Revisão Técnica deverá adotar as seguintes contrapartidas:

I - ofertar a venda e a portabilidade de planos individuais ou familiares na modalidade on-line;

II - comunicar a aplicação da Revisão Técnica aos seus beneficiários com antecedência mínima de 3 (três) meses; e

III - manter a venda de planos individuais ou familiares por, ao menos, 3 (três) anos após a concessão da Revisão Técnica.

Parágrafo único. A depender da análise da ANS, outras contrapartidas poderão ser exigidas.

Seção III

Do Cálculo da Revisão Técnica

Art. 5º A ANS definirá em Instrução Normativa a metodologia de cálculo da Revisão Técnica, bem como o rito processual e a documentação necessária.

Seção IV

Da Aplicação da Revisão Técnica

Art. 6º A ANS definirá em Instrução Normativa como se dará a aplicação da Revisão Técnica, em termos de prazos, abrangência da carteira, limites de valores e procedimentos de acompanhamento do desempenho da carteira.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º A Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos deverá, por meio de Instrução Normativa, detalhar os procedimentos de apuração e aplicação da Revisão Técnica de que trata esta Resolução Normativa, no prazo de 9 (nove) meses após a publicação desta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor em 01 de janeiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELE RODRIGUES CAMPOS, Gerente Econômico-Financeiro e Atuarial dos Produtos**, em 09/12/2024, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA SANTOS FIGUEIRA, Técnico em Regulação de Saúde Suplementar**, em 09/12/2024, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCO CARREIRA, Especialista em Regulação de Saúde Suplementar**, em 09/12/2024, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RODOLFO NOGUEIRA DA CUNHA, Especialista em Regulação de Saúde Suplementar**, em 09/12/2024, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO BOAVENTURA BRANCO DE MATOS, Especialista em Regulação de Saúde Suplementar**, em 09/12/2024, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FABRICIA GOLTARA VASCONCELLOS FAEDRICH, Gerente-Geral de Regulação da Estrutura dos Produtos**, em 09/12/2024, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO CORREIA SANTANA, Especialista em Regulação de Saúde Suplementar**, em 09/12/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **HEITOR FRANCO WERNECK, Especialista em Regulação de Saúde Suplementar**, em 10/12/2024, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Akemi Ramos Tanaka, Especialista em Regulação de Saúde Suplementar**, em 10/12/2024, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://www.ans.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **31143837** e o código CRC **45A7ADD3**.